

O CONCEITO DOS TRÊS NÍVEIS DE WORSTER E SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA SOBRE A COLONIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL DO CERRADO MATO-GROSSENSE

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ*

Um dos aspectos mais interessantes da história ambiental propostos por Worster é a sua funcionalidade, isto é a sua capacidade de análise que tem origem na forma como essa teoria está estruturada internamente. Para ele, há três níveis em que essa nova história opera. Em cada um deles recorre-se a uma variedade de disciplinas e a métodos específicos de análise. Essa abertura epistemológica permite ao historiador ambiental situar os eventos históricos a partir de influências aparentemente tão díspares quanto as ciências ambientais e os valores abstratos que condicionam a atividades dos indivíduos e grupos humanos, de tal forma que os fatos emergem de um contexto global que não despreza as determinações locais.

O primeiro desses níveis se refere a compreensão da natureza tal como tem estado organizada e funcionado desde os tempos passados. Aqui são incluídos os aspectos orgânicos e os inorgânicos e o ser humano é apenas mais um dos elos nas cadeias alimentares da natureza, “a veces funcionando como un útero, a veces como unvientre; enocasiones, devorador; enotras, devorado; por turnos, anfitrión de microorganismos o una especie de parasito”. (WORSTER, 1989: 40). O mais importante nesta condição é a natureza natural ou o meio ambiente natural nos seus aspectos físicos, químicos e biológicos, onde os seres humanos são vistos apenas mais uma espécie e sua condição está sujeita as leis e processos naturais sendo muito mais produtos das condições naturais do que de produtores das condições de sua experiência vital.

Neste nível de análise, o historiador ambiental investiga a estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado para entender como a natureza está organizada na sua evolução histórica independentemente da ação humana. Exclui-se deste nível tanto o meio social em que “los humanos interactuan unicamente entre si em ausencia de lanaturaleza”, quanto o ambiente artificial construído, o espaço das coisas feitas pelos humanos e que pode ser chamado também de segunda natureza.

* Historiador, Mestre em Educação/UFMT; Doutorando em História na UNESP/Assis/Capes.

Ele reconhece que essa definição pode parecer arbitrária e em certa medida é, uma vez que a crescente atividade humana tem deixado suas marcas nas calotas polares, nas selvas, nos bancos genéticos, de forma que pode parecer não haver uma linha clara e precisa entre o natural e o construído artificialmente. Entretanto, “vale la pena conservar ladistinción, porque ella nos recuerda que existen diferentes fuerzasenactividadenel mundo, y que no tdasellasemanan de los humanos: algunaspermanecenespontáneas y capaces de generarse por símismas”. (WORSTER, 1989: 41).

Assim, sua concepção de natureza inclui tão somente o que constitui as energias e processos que ocorrem de forma independente da atividade humana, mas que ao mesmo tempo incidem sobre essa atividade, estimulando determinadas reações, defesas ou ambições. Obviamente que há processos e energias que ocorrem independentemente da presença ou atividade humana, que não dependem da nossa vontade, mas o simples fato de que eles possam ser detectados pela observação humana é um indicativo de que de alguma forma eles interferem na atividade humana e condicionam algum nível de organização social – nem que seja apenas no nível de estruturar uma observação -. Por outro lado, a chamada segunda natureza só pode derivar da primeira, posto que todos processos e produtos artificialmente construídos só o são a partir da manipulação humana do que é encontrado na natureza.

Como se percebe, o problema todo reside na definição de onde e como se instalar um corte epistemológico, conceitual que separe os três universos de forma analítica. Isto porque a experiência humana imediata é sempre a síntese das múltiplas determinações e se encontra, portanto, nessa fronteira intangível entre a natureza natural que é transformada pela atividade social em segunda natureza. O ser humano pode ser vislumbrado de qualquer um destes pontos de vista:

- Como parte integrante de um universo natural em meio a forças e processos naturais que existem independentemente de sua vontade, sujeito a todas as leis da natureza natural, parte intrínseca da matéria e do movimento infinitos;
- Como parte integrante de um universo social, de uma construção humana localizada no espaço e no tempo, senhor de tecnologias e culturas que transformam a matéria do universo circundante em meio de sua multiplicação e existência;

- Ou ainda como resultado das determinações da segunda natureza por ele construída.

Neste primeiro nível de análise a pesquisa sobre a colonização agroindustrial do cerrado em Mato Grosso pretende que o sistema agroecológico do cerrado seja apreendido tanto do ponto de vista da sua conformação quanto ecossistema quanto na perspectiva do relacionamento deste com as sociedades humanas aí estabelecidas anteriores à década de 1970 e que se configuravam como sociedades modernas. Uma análise preliminar indica que em Mato Grosso as populações tradicionais de remanescentes de quilombos, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores e coletores, pequenas comunidades rurais e diversos grupos indígenas eram os habitantes majoritários da região do cerrado.

A ocupação humana do cerrado possui uma longa história anterior à colonização agroindustrial iniciada a partir dos anos 1970. Ribeiro (2002, pp. 252-253) cita os trabalhos arqueológicos de Prous, (1992); Barbosa & Schmitz (1998) para afirmar que essa presença humana poderia anteceder aos onze mil anos, mas há trabalhos (Siqueira, 2002, pp. 10-15) que situa essa ocupação por volta dos vinte e sete mil anos. Seja qual for a datação, essa ocupação adquiriu uma tipologia característica devido aos dois períodos climáticos anuais e à grande diversidade de ambientes e espécies da flora e da fauna que garantiram uma estratégia de ocupação humana contínua e sucessiva de diversos grupos que se sucederam no intercâmbio com o meio.

Estima-se que os sistemas agroecológicos tradicionais do cerrado impactassem na estruturação de algumas de suas áreas, já que as ocupações sucessivas podem ter contribuído para determinadas alterações na conformação original. É o que sugere Posey (1986, apud Ribeiro, 2002, p. 256) ao afirmar que grande parte do que tem sido chamado de florestas e savanas naturais possivelmente seja o resultado de milênios de remanejamento e co-evolução humanos. Caso esta suposição esteja correta, apenas reforça a indicação de que os sistemas agroecológicos tradicionais, se não conviviam em harmonia absoluta com o meio, o que é inteiramente plausível, não desenvolviam atividades que colocavam em risco os ecossistemas com os quais mantinham intercâmbio.

Para todos esses agrupamentos, a caça e a coleta de espécies típicas do cerrado foram as atividades básicas que garantiram sua reprodução social, uma vez que a

agricultura, surgida a partir de quatro mil anos, era praticada de forma complementar e não substitutiva de uma dieta já estabelecida. Os grupos indígenas do tronco linguístico macro-jê seriam os herdeiros históricos desse complexo cultural de convivência com o cerrado desde os primeiros tempos de sua ocupação, já que eles possuem uma agricultura baseada no plantio de mandioca, abóbora, feijão, milho e algodão; um tipo de cerâmica lisa, combinados com a complementação de proteínas animais originadas da caça. (Ribeiro, 2002, p. 255).

Em épocas mais recentes, os primeiros colonizadores europeus do século XVIII recorreram aos conhecimentos e práticas indígenas para facilitar e garantir sua penetração no cerrado em busca de escravos indígenas e riquezas minerais. Para a prática da mineração, foram trazidos grupos de negros escravizados e o intercâmbio de suas técnicas e conhecimentos com as dos indígenas e brancos empobrecidos diversificaram as formas de reprodução social já existente.

O gado bovino, que havia acompanhado a marcha da mineração, sobreviveu à decadência desta e foi incorporado à prática econômica dos habitantes da região em grandes, pequenas e médias propriedades. Em torno destas, surgiu uma economia de pequenas propriedades baseadas no cultivo da mandioca, do milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz, cuja expressão era quase sempre local e no máximo, regional. Esse mundo tinha uma formação humana muito heterogênea na qual predominavam os elementos mestiços de indígenas, negros e brancos empobrecidos.

Essa população, desde o princípio da colonização, havia tradicionalmente ocupado as pequenas áreas nos espaços indefinidos entre as fazendas ou em torno dos núcleos de mineração que se formavam. O declínio da atividade mineradora é apontado como um dos maiores liberadores de mão-de-obra para a formação dessas pequenas comunidades. Essa população, somada aos remanescentes de quilombolas, de comunidades indígenas são apontados como os herdeiros do patrimônio cultural e, portanto das práticas milenares dos sistemas agroecológicos tradicionais, pois muitos ainda vivem hoje em condições semelhantes às do século XVIII. (Ribeiro, 2010, p. 260).

Além dessas indicações, Pereira (1995, pp. 63-64) observa que ao longo do período colonial, a economia mato-grossense se assentava na mineração, no cultivo da cana de açúcar, na pecuária extensiva e em lavouras de subsistência onde eram

cultivados produtos como arroz, milho, feijão e mandioca. As dinâmicas populacionais de então estavam intimamente relacionadas com o tipo de prática econômica: quando ocorria um episódico crescimento da extração aurífera havia uma gradual transferência de mão-de-obra de outras atividades, bem como uma entrada significativa de migrantes no estado.

Por outro lado, as atividades relacionadas à pecuária ou agricultura nunca foram incrementadas a ponto de produzirem excedentes exportáveis, “assim sendo, durante todo o período colonial, sistematicamente, o ouro e, eventualmente, o diamante foram os únicos produtos de exportação de Mato Grosso”. (Pereira, 1995, p. 64). Essa configuração agroecológica parece ter sobrevivido até bem depois de findo o período colonial, pois Araújo Neto e Leite (2005, p. 211) afirmam que ao final da década de 1960 a região Centro-Oeste e por extensão Mato Grosso apresentava dois tipos básicos de estruturas espaciais já consolidadas.

O primeiro tipo era caracterizado por áreas de povoamento estabilizado e espaços estruturados pela pecuária modernizada onde produtores capitalizados provenientes do sul do país estavam se transformando em empresários rurais e competiam com produtores descapitalizados e pequenos produtores locais que não tinham acesso aos mecanismos de modernização e vendiam suas terras provocando a concentração fundiária.

O segundo tipo de área refere-se aos locais representados pela economia tradicional de pecuária extensiva, garimpagem de ouro e diamantes, extrativismo vegetal e pequena produção de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e ou pequena e média produção para os mercados locais e regionais. Ao que se pode acrescentar uma grande quantidade de comunidades indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, posseiros e outros que viviam da caça, coleta e outras formas de economia não-monetária. Essa definição, aliada aos dados agropecuários do período reforçam a tese de que aquela altura a maioria da população rural de Mato Grosso praticava algum sistema agroecológico tradicional.

Conseqüentemente, de acordo com o conceito dos três níveis, esta parte da pesquisa se concentra na investigação do sistema agroecológico tradicional do cerrado mato-grossense anterior à colonização agroindustrial e suas estratégias de reprodução social no intercâmbio com o meio ambiente. Pretende-se demonstrar toda a variedade de

grupos humanos que ocupavam o cerrado no período anterior a colonização agroindustrial, enfatizando a forma como alguns grupos co-evoluíram com o meio e como outros dele participavam de formas tradicionais.

O segundo nível da análise proposta por Worster se concentra na tecnologia produtiva, na medida em que esta interage com o meio ambiente. Ele parte da concepção de que os instrumentos de trabalho e as relações sociais estão interconectados para realizar uma releitura do conceito de *modo de produção* enfatizando não as relações sociais de produção da forma como o proposto pelo marxismo, mas indo em uma outra direção, tentando compreender como os diversos ambientes naturais podem influenciar o surgimento de diversas tecnologias e como estas contribuem para a reestruturação das relações humanas.

Aqui talvez o desafio seja o de apreciar corretamente a responsabilidade do mundo natural no surgimento e desenvolvimento das tecnologias, processos e conhecimentos científicos sem com isso cair no determinismo geográfico ou ambiental rasteiro. Todas as sociedades em todas as partes e épocas estiveram e estarão envolvidas em várias formas de se transformar a natureza natural em recursos para o consumo humano. Nesse processo, as pessoas reestruturam a si mesmas e as relações sociais.

Em outras palavras, é preciso realizar o programa estabelecido pelos autores da Ideologia Alemã e incorporar à análise histórica a constituição física do homem em si, as condições naturais, geológicas, oro - hidrográficas, climáticas e outras condições que os homens encontraram no mundo no momento em que iniciam o processo histórico de produzir os meios necessários a produção e reprodução da vida e que contribuíram para a determinação das condições do seu fazer histórico, moldando suas tecnologias, suas culturas, seus modos de produzir os meios de sua produção e reprodução.

Worster observa que nesse nível de indagação uma das questões mais interessantes é a de saber quem ganhou e quem perdeu poder quando os modos de produção mudaram. Abordar tal questão é reforçar a idéia de que as tecnologias não são neutras e que os instrumentos, as máquinas e as ciências estão sempre engajadas como opções políticas no confronto entre duas ou mais opções possíveis, sendo que a escolha de uma dessas opções favorece o estabelecimento de um modo de produzir específico e conseqüentemente de um modo específico de produzir a vida em todos os sentidos.

Essa indagação poderia ser feita, portanto, de uma forma que incluísse não só a passagem de um modo de produzir para outro que está restrita ao segundo nível proposto, mas também de incluir a passagem do primeiro nível para o segundo. A condição fundamental a tecnologia é criar poder humano sobre a natureza. Aliás, a civilização quase sempre é definida em termos de controle humano sobre os processos naturais que resultam, entre outras coisas, no controle humano sobre os seres humanos. Por isso não se pode deixar de notar que o segundo nível de análise da história ambiental fala, sobretudo do poder humano sobre a natureza natural, da capacidade do homem e de suas sociedades em controlar o mundo natural, moldando-o a sua imagem e semelhança, retirando dele o que precisa para construir e manter a si mesmo e ao seu mundo.

O segundo nível trata do domínio social e econômico, a segunda natureza ou meio ambiente artificial e o foco é colocado na produção e no uso de ferramentas, na forma como o trabalho é organizado econômica e socialmente, nos diversos modos que as sociedades criam para produzir bens a partir do que é encontrado na natureza. Não se trata apenas das formas através das quais os seres humanos estabelecem contato com o meio ambiente, pois essa segunda natureza é, ao mesmo tempo, um produto da ação humana transformando a primeira natureza e a própria condição primeira que permite essa ação transformadora.

As ferramentas, por exemplo, podem ser tomadas como extensões do corpo humano, mas são também produtos criados pelo trabalho humano que transforma a matéria disponível no meio ambiente natural em novas ferramentas e processos que permitem uma nova transformação contínua da natureza original e da segunda natureza por ele criada, o que concomitantemente permite a recriação da primeira natureza humana em uma segunda natureza. O domínio sócio-econômico é então o que garante a intensidade e a extensão da liberdade humana em relação a natureza natural.

Por isso, o importante aqui é indagar: quais ferramentas estão disponíveis? Quais são as ciências? Quais tecnologias? Como está organizado social e economicamente o trabalho, em que ponto se encontra a sua divisão social e que forma de propriedade está associada a essa divisão? Qual o modo de produção – na relação imediata com a natureza – que está sendo usado? Qual a configuração social do poder, como ele se distribui ao longo das redes de relações sociais? Que segunda natureza efetivamente está

sendo criada e quais os impactos dessa criação na primeira natureza e no terceiro nível de análise?

Neste nível de análise a pesquisa parte do pressuposto de que os grupos humanos que primeiramente colonizaram o cerrado criaram um modo específico de se relacionar com a natureza e que este modo foi completamente suprimido ou em alguns casos evoluiu para relações capitalistas de produção no processo de colonização agroindustrial que se impôs a partir da década de 1970. O que se pretende entender neste nível de análise é quais foram as tecnologias e como elas se formaram, que novos e modernos modos de produzir foram usados pelas populações migrantes no processo de conquista do cerrado pela agroindústria.

Por essa época, o domínio do cerrado e as interações socioeconômicas que ele comportava foram profundamente alterados com a implantação do modelo de colonização agroindustrial articulado pelo Estado e levado a cabo por instituições criadas especificamente para este fim, e por grandes corporações nacionais e internacionais interessadas na incorporação dessas áreas ao processo produtivo global então em curso.

“A disseminação desse processo foi empreendida sob argumento de necessidade de integração nacional”, Araújo Neto e Leite (2005, p. 210), mas o que estava em jogo era a necessidade intrínseca do capital de reproduzir-se, incorporando novas áreas ao contexto do desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional: “o governo federal redefiniu uma nova função para a região Centro-Oeste no contexto de desenvolvimento do capitalismo nacional, com a estratégia econômica de estabelecer a agropecuária em moldes empresariais”.

Até aquele momento, a atividade agropecuária era extensiva, considerada de baixa produtividade. Para mudar esse quadro, seria necessário transformar toda a estrutura produtiva do setor. (Araújo Neto e Leite, 2005, p. 210). Embora grande parte desse processo de transformação da estrutura produtiva do setor agropecuário tenha sido realizada por agentes privados, o Estado foi o principal agente de atuação, pois não apenas planejou detalhadamente cada uma das etapas do processo, mas também legitimou a ação privada, forneceu os mecanismos, recursos, infraestrutura, energia e o reordenamento fundiário necessário à concentração da terra àqueles considerados aptos para realizar a tarefa do que se considerava como desenvolvimento.

Moreno e Higa (2005, p. 72) observam que nos séculos XVIII e XIX a população de Mato Grosso cresceu de forma lenta, variando conforme os aumentos ou decréscimos na produção aurífera. É somente a partir dos anos 50 do século passado que o ritmo do crescimento populacional passa a ser acelerado e há uma unanimidade de que a expansão da fronteira agrícola cumpre o papel central nesse crescimento. Outro aspecto observado pelas autoras é que Mato Grosso sediou a maior concentração de projetos de colonização desenvolvidos ou diretamente apoiados pelo governo federal a partir dos anos 1970, década em que “foram implementados mais de 80 projetos de iniciativa particular, além de 14 projetos oficiais para resolver situações emergenciais de conflito”, (Moreno; Higa, 2005, p. 72).

De fato, por essa época o estado tornou-se área de atração para migrantes de diversas partes do país, sobretudo do Centro-sul, constituindo-se as correntes migratórias o principal componente do crescimento populacional do estado. Esse crescimento já havia começado a partir de 1960, pois foi apontado pelo Censo de 1970, quando o estado apresentou uma taxa de crescimento populacional de 85,38%, seguida de 85,79 em 1980 e de 78,03% em 1990 e decrescendo substancialmente em 2000, quando a taxa foi de 22,76%.

Esse crescimento populacional foi apoiado pela implantação de diversos programas do governo federal que investiu na construção de uma infraestrutura ocupacional como as rodovias federais 163, 070, e 364 que fizeram a ligação rodoviária de Cuiabá com Santarém, Brasília e Porto Velho, respectivamente. Além disso, destacam-se também fatores como o baixo preço da terra agricultável, os projetos de colonização pública e privada e as linhas de crédito para o desenvolvimento regional. (Moreno; Higa, 2005, p. 72).

Por outro lado, é importante frisar que tal crescimento foi descontínuo no espaço, polarizado em algumas cidades e paradoxal, pois ao final do processo em curso a maior parte da população de um estado agrícola vivia nas cidades. Segundo Higa (2005, p. 91) em 1979, imediatamente depois de consolidada a divisão do Estado, Mato Grosso contava com 38 municípios, a maior parte deles concentrados em um raio de 250 km em torno de Cuiabá. Em 1980 já eram 55 municípios, em 1990 eram 95 e no ano 2000 o estado contava com 142 municípios.

Além disso, em 1970 o estado possuía mais de 60% de sua população vivendo no campo e apenas 39,08% nas cidades – a maior destas de pequeno porte e com economia totalmente voltada para a agricultura de subsistência. No ano 2000 a situação havia se invertido em favor da urbanização, pois apenas 20,62% viviam no campo e 79,37% nas cidades. Esse predomínio da população rural sobre a urbana, que perdurou até que o sistema de colonização agroindustrial fosse completamente implantado é explicado como resultado do pequeno poder de atração dos municípios que não ofereciam muitos serviços públicos ao mesmo tempo em que o meio rural oferecia possibilidades de acesso à terra, ao trabalho e ao sustento familiar. (Moreno; Higa, 2005, p. 77).

A implantação dos projetos de colonização do governo federal e da iniciativa privada fez crescer a demanda por serviços urbanos, uma vez que muitos desses projetos resultavam em novos municípios, além do que transformavam os pequenos municípios existentes em centros polarizadores. “uma característica importante do processo de ocupação em áreas de fronteira agrícola, onde a formação de cidades se dá concomitantemente ou antecede à ocupação do campo”. (Moreno; Higa, 2005, p. 78).

Com efeito, a partir do ano de 2000, quando Mato Grosso se tornou o principal produtor brasileiro de soja, um dos maiores de gado de corte e de algodão, já não havia nenhuma área da atividade humana que não tivesse sido profundamente alterada com a introdução deste novo sistema agroecológico. Do ponto de vista populacional, houve uma alteração substancial na composição étnica da população, na sua distribuição nos espaços geográficos do estado, mas, sobretudo na forma como essas pessoas passaram a se relacionar com o meio ambiente.

Ferreira (1997) afirma que a moderna colonização de Mato Grosso atraiu primeiramente colonos oriundos do Centro-sul do país, com larga experiência agrícola, mas ao mesmo tempo acostumados com métodos tradicionais de manejo e, portanto, ainda não completamente familiarizados com as técnicas da agricultura industrial preconizadas e implantadas na esteira da “Revolução Verde”.

A intervenção governamental transformou esse fenômeno num processo seletivo no qual seriam aproveitados apenas aqueles agricultores relativamente capitalizados e com disponibilidade para assumir a direção de uma agricultura completamente modernizada. Assim, o processo de colonização agroindustrial não apenas determinou a

migração de agricultores para esta nova área; mas ao fazê-lo de acordo com os padrões de um novo modo de produção, criou novas necessidades de desenvolvimento, como a abertura de novas estradas; engendrou cidades, introduziu novas técnicas; deslocou capital humano e financeiro para o Centro-oeste brasileiro; mudou para sempre a estrutura e o rosto de Mato Grosso; e viabilizou o que antes parecia impossível: incorporou vastas áreas do cerrado à produção agropecuária, através da adoção de novas tecnologias de correção de solos e produção de sementes.

A soja pode ser considerada o mais importante vetor da colonização agroindustrial já que rapidamente se transformou no principal produto das monoculturas, introduziu a agroindústria de óleos, rações e carnes, sustentou o deslanche da avicultura e da suinocultura, criou demandas para a modernização dos transportes, implantação de uma agricultura comercial e propiciou aos produtores a participação no mercado internacional de commodities. Este, no entanto, é apenas o aspecto que se deixa mostrar, ou melhor, apenas o que até aqui tem sido considerado como desenvolvimento.

O custo ambiental e humano que significou a destruição de grande parte da cobertura original do cerrado, o deslocamento, ou simplesmente a extinção das comunidades indígenas (Opan/Cimi, 1987) e tradicionais ainda está por ser contabilizado. Por isso, de acordo com o conceito dos três níveis, o objetivo desta parte da pesquisa é o de evidenciar a emergência e a consolidação do sistema agroecológico de colonização agroindustrial e a reestruturação das relações humanas e sociais, expondo “quem ganhou e quem perdeu poder quando os modos de produção mudaram”.

O terceiro nível comporta os aspectos mais intangíveis e unicamente humanos, pois se refere ao campo da produção mental, intelectual, cultural. Aqui se trata de investigar as percepções, as leis, mitos, ética, todas as estruturas de significado que se convertem em um diálogo entre o indivíduo e seu grupo com a natureza. Este pode ser chamado de natureza cultural ou meio ambiente cultural e comporta todos os processos culturais, puramente mentais, na esfera própria do pensamento através dos quais os indivíduos e os seus grupos estabelecem uma relação não material com a primeira e a segunda natureza, consequentemente consigo mesmos.

Há, evidentemente, uma dimensão não material da existência que historicamente tem se expressado como atividade puramente mental. Embora essa atividade não deva

ser vista de um ponto de vista idealista, platônico, de forma antagônica superior ou inferior a condição da existência material, deve ser percebida como uma dimensão interdependente, associada e inerente a existência da condição material, não como um seu oposto excludente determinante ou determinada como normalmente tem sido apresentada. É um meio ambiente abstrato e embora grande parte desse meio ambiente abstrato e de seus processos seja uma das conseqüências da atividade humana, não se deve descartar a possibilidade de existência dele como um dado naturalmente existente tal qual o é a natureza material.

Em síntese, é preciso considerar a natureza abstrata do universo tal qual se considera a natureza material desse universo. No entanto, o importante é identificar neste meio ambiente abstrato o que estabelece o padrão principal de relacionamento entre a sociedade e a natureza. Enquanto algumas comunidades organizam suas relações abstratas com a natureza a partir de idéias e práticas religiosas, mitológicas, outras fazem o mesmo a partir de concepções científicas, filosóficas, ética, leis. Então o importante aqui é entender o padrão principal desse relacionamento não apenas compreendendo como a natureza informa a construção dessa natureza abstrata, mas também e principalmente como a atividade puramente mental, a forma como as idéias sobre a natureza contribuem para estabelecer um padrão comportamental na atividade de transformação da primeira natureza em segunda.

O terceiro nível de análise, de acordo com Worster, diz respeito ao mundo “puramente mental”, as percepções, ideologias, ética, leis, mitos e valores que são parte do diálogo entre os indivíduos e os grupos humanos com a natureza. Ele observa que as pessoas continuamente constroem mapas cognitivos do mundo ao redor delas e que estes determinam os comportamentos, as escolhas, os fins que são propostos nos relacionamentos entre as sociedades humanas e a natureza. Também aqui é necessário precisar com clareza cada um dos conceitos, pois essas afirmações aparentemente inocentes escondem toda uma discussão filosófica que tem atravessado os séculos de história. Este mundo puramente mental que realmente existe e pode ser considerado de um ponto de vista essencialmente cognitivo, nas relações internas e interdependentes do campo de produção das idéias e do imaginário humano, só aparentemente assim pode ser tomado, já que nada humano pode ser considerado “puramente mental” em termos absolutos.

Além disso, quando se considera a atividade humana de um ponto de vista da construção cognitiva do mundo e dos efeitos dessas construções na realidade material deve-se levar em conta que esse universo é amplo demais: percepções, ideologias, ética, leis, mitos e valores são aspectos que sozinhos poderiam dar assunto para uma discussão interminável. Assim, num primeiro momento o que está em discussão é a produção da consciência humana, do aspecto “puramente subjetivo” e a sua relação com a realidade material, com o aspecto “puramente material”.

Em seguida, o que interessa é definir, dentro desse universo puramente mental o que efetivamente esta sendo investigado. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (MARX, ENGELS, 2007: 44) observam que essas construções mentais, essas noções que os homens formam para si mesmos podem ser classificadas em três campos diferentes: as noções de suas relações com a natureza, as noções de suas relações entre si e as noções acerca do que eles mesmos são. Em qualquer caso, elas são uma expressão, tanto real quanto ilusória, de suas relações e atividades, de sua produção, de seus contatos sociais e políticos, pois “admitir o contrário só seria possível no caso de, além dos espíritos dos indivíduos efetivos e materialmente condicionados, poder-se pressupor algum espírito especial a parte”, isto é apenas se fosse o caso de admitirmos que além da natureza natural, social e humana, houvesse alguma outra supra ou sobre natureza a parte. Como não é este o caso, “A consciência não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente, e o ser dos homens é um processo de vida real”.

Assim, estes pensadores consideram que, embora a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia possam ser consideradas como aparentemente autônomas em relação a produção material, elas não tem uma história própria e nem um desenvolvimento próprio delas, pois “os homens que desenvolveram sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar essa realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. “Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. (Idem)

Assim, o terceiro nível de análise deve levar em conta que a produção da vida material já é, em si mesma a produção da vida espiritual, que o processo de desenvolvimento real, empiricamente verificável não diz respeito apenas à vida material tomada no seu sentido estrito de materialismo vulgar, primitivo. Pois uma visão primitiva de materialismo parte dessa afirmação de que não é a consciência quem

determina a vida, mas a vida que determina a consciência naquele sentido ortodoxo da “determinação em última instância”, que considera a matéria tangível a única realmente existente e determinante da parte espiritual, sem levar em conta que os dois fatores, objetivo e subjetivo dizem respeito a uma realidade única mas não unipolar.

Nesse sentido, a produção do mundo material já é em si mesma, a produção do mundo imaginário, sem que haja uma relação de determinação absoluta entre ambos. Toda separação é arbitrária: a produção, a circulação e o consumo da produção material não pode ser separada da produção, da circulação e do consumo da produção das idéias, do imaginário, do mundo puramente mental. Além disso, como essa produção puramente mental poderia, por si só, abarcar todo o universo humano, talvez fosse o caso de se analisar somente aquela produção mental que estivesse diretamente incluída no relacionamento do homem e de suas sociedades com a natureza, apenas as noções decorrentes das relações de produção entre as sociedades humanas e a natureza: o que é o mundo natural? Qual o papel e o lugar da sociedade humana na natureza e qual o papel e o lugar da natureza na sociedade humana?

Neste terceiro nível de análise a pesquisa quer entender que ideias estiveram em confronto nesse processo de colonização. Por um lado considerar-se-ão as ideias e bens culturais criados pelas primeiras comunidades colonizadoras, seus mitos, ritos, conhecimentos e valores tradicionais, e por outros os valores tipicamente capitalistas e de desenvolvimento econômico-social trazidos como suporte do processo de colonização do novo modelo agroindustrial que se impôs a partir dos anos 1970.

Pretende-se identificar no quadro das percepções mentais e ideologias sobre a relação da sociedade com a natureza a luta em torno dos conceitos de natureza, desenvolvimento, progresso, modernização; o embate cultural entre os dois mundos que colidiram no processo de colonização agroindustrial. Deseja-se identificar as percepções mentais, as ideologias, ética, leis e mitos que se tornaram parte da ligação de indivíduos e grupos com a natureza. Worster diz que “as pessoas estão continuamente construindo mapas cognitivos do mundo ao redordelas, definindo o que é um recurso, determinando que tipos de comportamento possam ser ambientalmente degradantes e deveriam ser proibidos e geralmente escolhendo os fins que se impõe à natureza”.

No caso específico desta pesquisa, não se trata apenas de identificar um conjunto uniforme de ideias pertencente a um conjunto homogêneo de pessoas que evoluem de

concepções tradicionais ou pré-capitalistas para conceitos modernos. A colonização agroindustrial do cerrado se expressa como embate cultural na medida em que os grupos que são derrotados em seus projetos são também suplantados em termos culturais e de valores. Trata-se então de investigar como cada um dos grupos envolvidos neste processo histórico interpretava a natureza, como a conceberam enquanto esquemas mentais, ideologias e conceitos para explicar a natureza e justificar a primazia humana e a implantação de modos de produção ambientalmente destrutivos no espaço anteriormente ocupado por modos de produção mais próximos da natureza, de subsistência ou ainda pré-capitalistas.

O pacote tecnológico que foi implantado no processo de colonização industrial do cerrado não estaria completo sem o seu aspecto mais intangível e nem por isso menos destrutivo. A ocupação agroindustrial do território foi acompanhada e facilitada por uma série de paradigmas mentais, culturais e epistêmicos, pela defesa de uma nova forma de ver o mundo que se sobrepôs a lógica das sociedades tradicionais e foi incorporada como uma roupa e como um espírito pelas gerações que são produtos dessa espécie de colonização. Então aqui se trata de investigar de que forma e com que argumentos se processou a colonização de corações e mentes.

Mas o grande desafio da história ambiental colocado por Worster não está em apenas saber identificar cada um desses três níveis de indagação: o mais importante é descobrir onde e como fazer as conexões entre eles. Worster destaca que embora esses três níveis possam ser distinguidos para efeito de clareza argumentativa ou discursiva, eles constituem um único campo dinâmico de investigação, “enel que lanaturaleza, laorganización social y económica, y elpensamiento y losdeseos, han de ser encarados como un todo. Y este todo cambia enla medida enlo hacenlanaturaleza y las personas, coformando una dialéctica que corre a todo lo largo del pasado hasta el presente”. (WORSTER, 1989: 42). O fato de que estes três campos constituam empiricamente um só, demanda que sejam observados de uma forma diferente da que tem sido apresentada.

O termo nível em como sinônimos possíveis os termos altura, plano, superfície, grau, o que em certa medida comporta a idéia de superioridade de um nível em relação ao outro, de desenvolvimento progressivo de um nível inferior para um superior, de um menos complexo e inferiormente organizado para um mais complexo e melhor organizado, de etapas de transição de um nível para outro. Se a construção de um

modelo de análise é imprescindível para a clareza argumentativa, faz-se necessário que esse modelo se aproxime o mais idealmente possível das relações realmente existentes.

Isto implica que a articulação entre os três aspectos deva remeter mais a idéia de uma junção entre três dimensões de um mesmo universo do que três níveis de um mesmo objeto. Implica também em admitir que cada uma dessas três dimensões não é absoluta em si mesma e a condição da sua interdependência é exatamente a existência em cada uma delas de aspectos que fundamentam as outras duas. Assim, por exemplo, a dimensão da natureza natural da forma como esteve organizada em tempos passados tem como eixo principal as relações e as forças que independem da atividade transformadora humana e do universo da natureza abstrata, é preciso considerar que boa parte do que tem sido considerado como produto da natureza pode estar relacionado com milhões de anos de co-evolução humana.

Então o processo de constituição desse modelo deve contemplar não somente a configuração interna de cada uma dessas dimensões, mas o peso relativo de cada uma na conformação do universo total, do meio ambiente como um todo, onde se inclui a natureza natural, a natureza artificial e a natureza abstrata. Fator complicador para isto é este meio ambiente total não é atemporal e imune as influências de cada espaço em particular. Também ele é historicamente construído e muda conforme as épocas e lugares e na conformação atual do sistema mundo se assemelha a uma engrenagem global de três dimensões desigualmente distribuída no espaço e tempo.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO NETO, Mario Diniz de; LEITE, Cristina Maria Costa. Desenvolvimento sócio-econômico no contexto da região centro-oeste. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Teresa Cristina Souza (Orgs.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

BARBOSA, Altair Sales & SCHMTIZ, Pedro Ignácio. Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: Seduc, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich A Ideologia Alemã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORENO, Gislaene; HIGA, Teresa Cristina Souza (Orgs.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

_____. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Teresa Cristina Souza (Orgs.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

OPAN/CIMI. Dossiê índios em Mato Grosso. Cuiabá: Operação Anchieta/Conselho Indigenista Missionário, 1987.

PEREIRA, Benedito Dias. A industrialização da agricultura de Mato Grosso. Cuiabá: Edufimt, 1995.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía. Héctor Alimonda.: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ferreira.pdf>.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

WORSTER, Donald. Haciendo Historia Ambiental. 1989 In: WORSTER, Donald. Transformaciones de La Tierra. Montevideo: CoscorobaEdiciones, 2008. pp. 37-58.

_____. Transformaciones de La Tierra: Hacia Uma Perspectiva Agroecológica em la Historia. 1990 In: WORSTER, Donald. Transformaciones de La Tierra. Montevideo: CoscorobaEdiciones, 2008. pp. 59-81.

_____. Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

_____. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica da história. Ambiente & Sociedade, Vol. V, n. 02, ago – dez 2002, Vol. VI n. 02, jan- jul 2003, pp. 23 – 44.